

Desembargador Francisco José Rodrigues de Oliveira Neto,  
Presidente deste Egrégio Tribunal de Justiça.

Peço licença para, em cumprimentando V.Ex<sup>a</sup>., estender os cumprimentos a todas as autoridades já nominadas pelo cerimonial, Senhoras Desembargadoras e Senhores Desembargadores, Senhoras e Senhores.

13.415 unidades extrajudiciais no País, com 94.696 pessoas empregadas diretamente pelo regime celetista.

Em torno de 3 bilhões de créditos recuperados por meio do protesto de certidões de Dívida Ativa da União, somente no último ano.

80 bilhões de arrecadação tributária apenas em 2023, sem qualquer custo ao Poder Público.

Mais de 5 milhões e duzentos mil atos suspeitos comunicados ao COAF do Ministério da Economia, desde o ano de 2020.

Mais de 208 milhões de atos gratuitos praticados desde a instituição da gratuidade.

Segundo os parâmetros da ONU o Brasil erradicou o índice de crianças sem registro de nascimento.

Estes são apenas alguns dos indicadores, da capilaridade da atuação e capacidade de produção com utilidade social, do serviço extrajudicial brasileiro.

Inobstante tais aspectos, há também, a inegável absorção de demandas oriundas do processo de desjudicialização, agora incrementadas pela legislação denominada Marco Legal das Garantias, que moderniza as

execuções e leva ao estímulo do crédito imobiliário , uma vez que delega aos Tabelionatos de Protesto a possibilidade de solução negociada prévia; incentiva a renegociação; moderniza a intimação; possibilita a formalização da existência de cláusula compromissória; viabiliza a condução dos procedimentos de conciliação e mediação; autoriza utilização da conta ESCROW (ou seja, conta vinculada a garantia do cumprimento das obrigações contratuais); regula a execução extrajudicial de hipoteca; elenca a possibilidade de um bem ser dado em garantia a mais de um credor, apenas para apontar algumas das novas atribuições do extrajudicial.

Segundo pesquisa efetuada pelo Instituto Datafolha, os cartórios brasileiros ocupam a primeira colocação nos quesitos, confiança, importância e qualidade dos serviços à frente de outros 14 órgãos públicos e privados, com 76% dos pesquisados apontando, que vem nos cartórios a instituição mais confiável do Brasil.

Entre as 13.415 unidades extrajudiciais do País, foram escolhidas através de auditorias independentes, relacionadas a programas de qualidade total, as cinco melhores, e para nosso orgulho, quatro delas são de Santa Catarina.

1º Ofício de Registro de Imóveis de Joinville, tendo como titular a Dr<sup>a</sup>. Bianca Castellar de Faria;

1º Ofício de Registro de Imóveis de Criciúma, tendo como titular a Dr<sup>a</sup>. Maria do Carmo de Toledo Afonso;

Tabelionato de Notas e de Protesto de Palhoça, tendo como titular o Dr. Otavio Guilherme Margarida; e,

Tabelionato de Notas e de Protesto de Içara, tendo como titular a Dr<sup>a</sup>. Adriana Mara de Oliveira.

De outro lado, o Estado de Santa Catarina é o único da federação que conta com Corregedoria Geral do Foro Extrajudicial, desvinculada da Corregedoria Judicial, tendo corpo de assessores técnicos altamente especializados, com programas de gestão de prestação de contas que servem de paradigma, além de uma das centrais de dados, oriundos dos selos de fiscalização, mais completa do País.

Foi neste ambiente que, com muita honra e de maneira prazerosa, atuei, na gestão que finda, como Corregedor Geral do Foro Extrajudicial.

De forma harmônica e colaborativa, sem descuidar da fiscalização, orientação e quando necessária a punição, que encaminhamos, juntos, extrajudicial e corregedoria, projetos que se concretizaram em modificação da forma de cobrança e fiscalização do FRJ; novo Código de Normas; regulamentação da renda mínima (que garante a presença de pelo menos um delegatário em cada município catarinense, com condições materiais de prestar um serviço de excelência); escola de escreventes, que conta com aproximadamente 3.500 alunos, deste e de outros Estados, além tantos outros projetos que constam do relatório da gestão e já entregue a V. Exas.

Mas, tenho, com todo respeito, que o momento é dos que chegam e por isso encaminho-me aos agradecimentos e os faço:

Ao extrajudicial de Santa Catarina, de maneira genérica, e que tanto nos orgulha, nas pessoas dos Drs. Otavio Guilherme Margarida e Eduardo Schroeder Presidente e Vice da ANOREG/SC (Associação dos

Notários e Registradores de Santa Catarina) e que mantiveram a união entre as várias especialidades que formam o extrajudicial e não mediram esforços para o bom encaminhamento dos vários projetos;

A assessoria correicional do núcleo IV, na pessoa da Sr<sup>a</sup>. Fabiola Regina Ames, Coordenadora do Núcleo, firme mas humana, na condução do grupo de trabalho;

Ao juiz auxiliar da Corregedoria, Dr. Rafael Mass do Anjos, com atuação marcante e indispensável, de forma diplomática, ética e de resultados concretos;

Aos Desembargadores João Henrique Blasi e Altamiro de Oliveira que, na qualidade de Presidentes, sempre foram grandes incentivadores dos projetos do extrajudicial;

A Desembargadora Denise Volpato, Corregedora Geral da Justiça, que também neste ato termina sua marcante gestão, pela harmoniosa convivência e permanente apoio institucional e pessoal.

Aos integrantes do órgão especial e do CPOSE (Comissão Permanente de Organização das Serventias Extrajudiciais) pela compreensão e apoio aos projetos que lhes foram submetidos.

Aos Deputados Estaduais e ao Governador do Estado, que desde logo perceberam a importância dos projetos encaminhados e o seu reflexo positivo à Sociedade Catarinense.

A todos meus agradecimentos.

Aqueles que hoje assumem a gestão do Tribunal de Justiça de nosso estado, notadamente, o Des. Artur Jenichem Filho, que me sucede, meus votos de pleno êxito.

Muito obrigado.